

A atuação do NUDESE e sua relação com a sociedade

Autores: Lucia Nobre, Tatiane Escouto Mirapalheta, Rodrigo de Moraes Costa, Eliana de Freitas Pereira, Luciane Schmitt, Sabrina das Neves Barreto, Dóris Back Perius, Franciele Marchand, Charlene da Costa Bandeira

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Resumo

O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, vem apresentar sua experiência metodológica e a relação Universidade Sociedade. Este Núcleo de extensão trabalha a dez anos assessorando grupos formais e informais de Economia Popular Solidária em diversas áreas como artesanato, gastronomia, reciclagem, pesca artesanal, agroecologia, dialogando com a comunidade universitária e comunidade em geral. Sua metodologia baseia-se na ação-reflexão-ação, respeitando o saber popular e aproximando o conhecimento científico a este saber popular que muitas vezes é ignorado. Ao pensarmos em metodologia significa repensar as ações realizadas por um determinado espaço e pessoas, ou reafirmar aquelas atividades que estão dando certo de forma a produzir cada vez mais, novos conhecimentos e neste caso possibilitando outras propostas metodológicas, que nesta situação partiu da própria realidade dos sujeitos. Reinventando e revendo, sendo que o conhecimento novo é gerado na reflexão de um conhecimento anterior. No entanto, os processos desenvolvidos junto aos empreendimentos solidários, ocorrem de forma gradual uma vez que estes empreendimentos desenvolvem compreensões divergentes a cerca dos princípios da Economia Popular Solidária. Um exemplo, disto se dá com os grupos da pesca artesanal que a partir da necessidade de sobrevivência no mercado competitivo, acabam optando pela lógica cooperativa de auto-organização dos trabalhadores, já os grupos de artesanatos iniciam-se em sua maioria como uma terapia e depois o trabalho coletivo começa a despertar nestes sujeitos outras inserções como em conselhos que exercem o controle social. Neste sentido o NUDESE vem atuando, no fortalecimento, empoderamento e autonomia destes empreendimentos buscando projetos que viabilizem economicamente estes grupos, que apresentam uma resistência ao sistema capitalista que exclui e desmonta a organização coletiva. Além de buscar o empoderamento destes grupos o Núcleo vem construindo junto a comunidade universitária um conjunto de questionamentos que buscar aproximar o saber popular e o saber científico, proporcionando espaços de convivência destes saberes na própria universidade, quando consolida espaços de formação e/ou comercialização dos produtos da

Economia Popular Solidária. Atualmente, a Universidade Federal do Rio Grande através de seu Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico possui quatro convênios cedendo espaços públicos para formação e /ou comercialização dos produtos oriundos da Economia Popular solidária. São eles: a) Espaços do Grupo Deguste junto ao Museu Oceanográfico e CIDECSul, que oferece a comunidade universitária lanches produzidos e comercializados por mulheres desta Economia e que se desafiam a cada dia produzir, comercializar alimentos sem a exploração humana. b) Espaço do Grupo de Artesãs da Barra – GAB, junto ao Museu Oceanográfico para mostrar o artesanato da região e da preservação. c) Espaço da Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel – COOPESMI, para consolidação de um armazém da Economia Popular Solidária, junto a este armazém existe um espaço reservado para formação destes grupos, onde é possível realizar cursos, reuniões, oficinas, entre outros. Esta integração desperta na Comunidade Universitária a valorização dos saberes destes sujeitos que ousam realizar uma atividade econômica contrariando o que está orientado em qualquer manual de gestão onde a maximização dos lucros são evidenciados em detrimento a outros ensejos e também o despertar deste saber popular em se reinventar a partir de uma perspectiva mais solidária, desafiando os sujeitos acadêmicos a repensarem suas práticas.

Introdução

A economia capitalista tem o aspecto de ser predatório, explorador e desumano. O desemprego é uma destas mazelas que assombra o trabalhador subordinado. Não existe garantia ou estabilidade no emprego, a sua permanência depende dos interesses do patrão, ou seja, se este trabalho assalariado corresponde às expectativas da firma. O sistema capitalista domina o planeta e esta hegemonia apresenta três graves problemas. Para David Cattani (2000), o primeiro corresponde à intensificação da sua natureza, ou seja: acumular e acumular, sempre e mais, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador. O capital acumulado serve de investimento para novos empreendimentos, que explora e extrai mais-valia do trabalhador para formar novamente capital acumulado. Nesta ciranda, segundo Paul Singer os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras. A acumulação pressupõe que a riqueza que era de muitos passa a ser de poucos, assim teremos empresários falidos, trabalhadores desempregados, numa disputa que o sistema impõe através da permanente concorrência.

O segundo grave problema do capitalismo, segundo Cattani (2003), é o imenso fosso das desigualdades, de tal forma que a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. Alguns poucos bilionários

detêm bens e poderes superiores ao de dezenas e dezenas de nações. Não se vislumbra uma distribuição igualitária da riqueza, resultado da acumulação desenfreada. O terceiro grave problema identificado pelo autor é a exploração predatória das riquezas naturais, de tal forma que o ar, a água, as florestas estão ameaçadas pela malfadada expansão industrial.

As crises econômicas expõem as fragilidades do sistema, que recaem por primeiro nos trabalhadores, que ao perderem os seus empregos, perdem também a condição de pagar as prestações do aluguel, hipoteca ou financiamento da casa própria. O resultado são as ações de despejo, o aumento dos moradores de rua ou sem teto, e por consequência o surgimento de organizações não-governamentais intervindo para minorar este desastre social, uma vez que o Estado nem sempre atende a estes necessitados.

Diante da crise reflete-se sobre outra economia, baseada em valores de cooperação e solidariedade. Esta outra economia pode ter diversos nomes ou conceitos, mas propõe outra forma de organizar a produção e consumo, de forma direta, sem intermediários, uma produção coletiva, um consumo ético, empresas autogestionárias e formação de redes para produção e consumo solidário. Alguns designam de economia popular solidária, outros por socioeconomia solidária, ou ainda por economia do trabalho. É outra economia, diversa da economia capitalista que é baseada no trabalho alienado e explorado, na acumulação e concorrência.

A estrutura desta outra economia é baseada na organização coletiva dos trabalhadores, através de cooperativas, associações ou grupos informais. Predominando a autogestão e a participação democrática.

Associativismo – É o processo pelo qual duas ou mais pessoas se agregam, se reúnem para um fim comum. Para Paulo Albuquerque, o associativismo “afirma um modo de agir coletivo, segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta e derivam do significado dado às intenções ou às ideias que fundamentam o grupo.” Associar-se é agir coletivamente, com propósitos que de alguma forma se coadunam e que permitem a execução de ideias comuns que só é possível através do esforço conjugado daqueles que militam a favor destas ideias.

Albuquerque expressa ainda que o associativismo “sinaliza um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas, a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, revela-se sem fins lucrativos.” A mobilização das pessoas na constituição de uma associação não tem o fim de lucro, tal qual uma sociedade comercial, em que a reunião destas pessoas é com a finalidade de fazer investimentos que resultem na valorização do capital. A associação, por outro lado, tem fim diverso, podendo ser cultural, esportiva, religiosa, ambiental, sendo muitas vezes de utilidade pública.

Segundo Sandra Veiga (2001), o cooperativismo “é um sistema de ideias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas.” A cooperação no trabalho, a organização coletiva também é fundamental na empresa capitalista, no entanto, os resultados desta ação coletiva são apropriados como capital acumulado para gerar mais capital. O cooperativismo por sua vez, protege a economia dos trabalhadores, os resultados são distribuídos entre os cooperados e desta forma existe uma participação maior nos benefícios da atividade econômica.

Cooperativa - A sua definição foi consagrada em setembro de 1995, no Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, Inglaterra. “A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.”

As cooperativas estão baseadas em valores como a autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Estes valores são essenciais para a ação coletiva. A colaboração na execução das tarefas, a responsabilidade no cumprimento dos encargos, a compreensão de que todos são iguais e por esta razão são fundamentais no êxito do empreendimento. O tratamento equilibrado, segundo as capacidades e necessidades conjugado ao espírito solidário, fortalecem o coletivo.

Os princípios cooperativos são essenciais para dar cumprimento aos seus propósitos, uma vez que são diretrizes que orientam os seus associados e dão concretude aos valores.

1º princípio - Adesão livre e voluntária: Ninguém é obrigado a participar de uma cooperativa. Basta aceitar as responsabilidades de sócio previstas no estatuto. O pretendente a cooperado tem que ter clareza dos propósitos da cooperativa e saber que a partir do seu ingresso passa a ser um colaborador, com direitos e deveres idênticos aos demais cooperados. As cooperativas são organizações voluntárias e abertas, sem discriminação de gênero, raça, política ou religião e que propiciam aos seus integrantes usufruírem dos seus serviços.

2º princípio – Controle democrático pelos sócios: O controle da cooperativa é feita pelos sócios, de tal sorte que na tomada de decisões, os sócios têm igualdade de votação; um sócio, um voto. A participação igualitária dos sócios remete a cada um a responsabilidade pelos destinos da cooperativa, não sendo admissível repassar aos dirigentes a culpa por decisões equivocadas. Na empresa capitalista a responsabilidade é do empresário, que assume a direção da prestação pessoal de serviços e os riscos do negócio.

3º princípio – Participação econômica do sócio: Os sócios controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Eles definem em seus estatutos e assembleias o destino do

capital subscrito bem como das sobras, as quais podem ser alocadas para o desenvolvimento da cooperativa, retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e ainda outras atividades aprovadas em assembleia.

4º princípio – Autonomia e independência: As cooperativas são organizações que não estão atreladas a nenhuma outra entidade, seja ela privada ou pública, e quando, em razão de convênio ou acordo receberem capital de origem externa, deve estar garantido a sua autonomia e independência.

5º princípio – Educação, treinamento e informação: Este princípio indica que as cooperativas devem manter o aperfeiçoamento constante dos seus sócios, sejam dirigentes ou não. A informação é subsídio inerente a qualquer empreendimento para atuar de forma eficiente. O treinamento no uso de novas técnicas é fundamental para atualização dos seus quadros associativos. A educação é primordial, tanto no que diz respeito à formação cooperativista como em razão da formação cidadã.

6º princípio – Cooperação entre cooperativas: Compreende os princípios de ajuda mútua e solidariedade que se efetivam entre entes cooperativos, necessário para o fortalecimento do cooperativismo. Esta cooperação propícia o surgimento de cooperativas de 2º grau e ainda a formação de redes de comercialização ou produção.

7º princípio – Preocupação com a comunidade: Este princípio reflete que o surgimento da cooperativa ocorre no seio da comunidade e em razão disto firma-se o compromisso de dar retorno a esta comunidade. O desenvolvimento sustentável da cooperativa pressupõe não somente o econômico, mas também, a sua dimensão cultural, política, social e ambiental.

As cooperativas são um importante instrumento de organização coletiva dos trabalhadores, mormente aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho. Nas crises do capitalismo isto se evidencia fortemente, tendo em vista a necessidade de gerar renda e trabalho para os desempregados.

Nos últimos anos vem se consolidando novas formas de organização coletiva de trabalho e geração de renda e tais experiências são disseminadas nos diversos espaços urbanos e rurais, através de cooperativas, associações e grupos populares. São os chamados “empreendimentos econômicos solidários”, que em sua origem, nascem como instrumentos de luta da classe trabalhadora contra o desemprego estrutural e o despotismo do trabalho. Tais empreendimentos populares orientam-se por alguns princípios: como a solidariedade, o protagonismo popular e sustentabilidade, articulados ao movimento contra hegemônico à crise estrutural gerada pelo sistema capitalista. Segundo Marlene Ribeiro:

“A substituição do modelo taylorista-fordista de produção pelo paradigma da acumulação flexível baseia-se na aplicação de novas tecnologias aos processos produtivos que acabam por eliminar milhões de postos de

trabalho, gerando o desemprego tecnológico e consequentemente o desemprego estrutural.” (RIBEIRO, p. 23, 2007).

Essa crise serviu para a manutenção das profundas desigualdades, agora ampliadas entre o hemisfério Norte e Sul, o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural, precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada a abolição dos direitos sociais, duramente conquistados pela classe trabalhadora. Segundo Ricardo Antunes:

“Este processo dá-se pela conjunção da globalização excludente, que amplia o desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia. A globalização, como mostra vários estudos, na forma que se explica atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), pela hegemonia do capital financeiro.” (ANTUNES, p. 132, 1995).

A essência deste trabalho orientado pelos princípios da Educação Popular e da Economia Popular Solidária é fomentar a mobilização social dos trabalhadores a partir de encontros e ainda promover a auto-organização destes trabalhadores e trabalhadoras, pois a metodologia foi construída com os próprios trabalhadores, enquanto protagonistas populares deste processo.

As cooperativas e associações de trabalhadores que acompanhamos demonstram, mesmo que timidamente, que é possível superar a lógica reducionista do paradigma do capital. Segundo Nascimento (2004):

“A economia solidária é derivada da necessidade humana, num processo de construção de baixo para cima, sem nenhum estudo filosófico anterior, e ainda está em construção, pois não é uma teoria fechada. Ela “significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob a hegemonia da globalização financeira”. Neste sentido, a radicalização da economia solidária significa a reapropriação daquilo que o capital expropriou dos trabalhadores ao longo da história, valorizando o homem sobre o capital, nas relações de trabalho, resgatando a essência humana da cooperação, da liberdade e da solidariedade”. (NASCIMENTO, p. 12, 2004).

No entanto, os processos desenvolvidos junto aos empreendimentos solidários, ocorrem de forma gradual uma vez que estes empreendimentos desenvolvem compreensões divergentes a cerca dos princípios da Economia Popular Solidária. Um exemplo, disto se dá com os grupos que o NUDESE atende, a partir da necessidade de sobrevivência no mercado competitivo, acabam optando pela lógica cooperativa de auto-organização dos trabalhadores. Segundo Singer (2002):

“A construção de uma economia solidária depende essencialmente da população, sua vontade de experimentar e aprender, aderindo aos

princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia, a sua vida cotidiana, porém esta nova forma de organização, não acontece dia para noite, ela depende de um esforço de inúmeras esferas da sociedade civil.” (SINGER, p. 41, 2002)

Tendo este olhar a Universidade Federal do Rio Grande – FURG tem como objetivos a aproximação dos saberes (saber científico e saber popular) e incentivar a economia popular solidaria.

Metodología:

A força do tema participação emerge nos movimentos de mobilização social pela democratização da sociedade. A América Latina, marcada pelas ditaduras militares, o clamor pela participação se intensificou a partir da década de 1970. Segundo Streck (2008), nesse contexto emerge publicações de intelectuais orgânicos, enfocando aspectos teóricos e práticos dos processos participativos, seja no campo da política, da pesquisa, da extensão, da cultura. Freire aponta a participação e mobilização popular enquanto exercício de “voz e vez” de interagir, de intervir e decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania na relação necessária com a prática libertária. Sendo assim, a participação popular é uma das ferramentas capaz de romper com a tradição da sociedade elitista.

Segundo Freire (1987): “Para nós a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública ou ainda aos cientistas sociais. Implica, por parte das classes populares, um „estar presente na história e não simplesmente nela estar representado“. Implica a participação política das classes populares nas decisões não só do fazer o que já está programado. [...] Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática.”.

Desta maneira, a Educação Popular gerou as mais diversas experiências e alternativas educativas, políticas e culturais com vistas a que as classes populares possam superar as situações-limite em diferentes pontos da América Latina. Segundo Paludo (2001, p. 65), a expressão **educação do popular** designa, com ela, uma compreensão da educação instituída, pública ou não, como uma prática social construída historicamente. Esta prática social e histórica se faz mediada por sujeitos políticos e recursos, que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a direção para as práticas educativas (fins e meios) e articulam-se de forma orgânica com perspectivas de determinados direcionamentos (projetos) econômico, político e cultural da sociedade no seu conjunto.

Esta definição de educação popular está intimamente relacionada com o conceito de movimentos sociais populares, sobre isso Brandão complementa a concepção de **educação popular**:

Entendemos por movimento popular todas as formas de mobilização dos indivíduos das classes populares diretamente relacionados com o processo de produção, tanto na cidade como no campo. Os movimentos populares incluem as associações de moradores (subúrbio) na periferia, os clubes de mães, as associações de favelas, os grupos de apropriação ilegal de terras, as comunidades de base Cristã, os grupos organizados em torno da luta pela terra e outras formas de luta, e as organizações populares. Devido à sua natureza específica, estes movimentos têm uma classificação definida dadas as categorias ocupacionais dos seus membros (Documento de São Bernardo, citado em Rodrigues Brandão, 1995, p.115).

Sendo um dos fundamentos da Educação Popular, a **conscientização**, Paulo Freire (1979) diz que, é uma postura ativa dos oprimidos de assunção de si mesmo ante as contradições captadas da leitura que fazem da realidade. Então, conscientização é entendida como um processo que implica a ultrapassagem da consciência ingênua da realidade para uma leitura crítica na qual a realidade se dá como objeto inteligível de análise, onde os homens e as mulheres assumem uma posição epistemológica e um compromisso histórico.

A conscientização se manifesta como um teste de realidade, ou seja, quanto maior a conscientização, maior deve ser o desvelamento crítico da realidade. O protagonismo popular, como nos aponta Conceição Paludo (2001), exige a conscientização dos sujeitos a respeito das suas condições concretas e históricas, como destacado anteriormente, mediante ações pedagógicas em parceria com a cultura popular, ao mesmo tempo em que essa é o seu ponto de partida.

Obviamente, no movimento da história, essa perspectiva sofreu mutações e múltiplas tendências e experiências que foram sendo gestadas pelos movimentos sociais e suas mais diversas configurações até os dias de hoje. Segundo Vendramini (2008), os novos movimentos sociais colocam o ator social no lugar de classe social; fazem reivindicações positivas em oposição às lutas contra a ordem vigente; atuam na defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias, em oposição às questões econômicas e políticas; perdem a noção de futuro, de projeto histórico; não visam à transformação social; têm objetivos imediatos, pontuais e parciais; há a autonomia e independência dos sujeitos, considerados individualmente, nos processos; negam uma direção; superam as oposições entre dominantes e dominados; e possuem características de informalidade e descontinuidade.

Segundo Paludo (2001), o mais importante, e que se coloca frontalmente contrário ao ideário de Freire é, justamente, a perda da centralidade do “oprimido” no seu processo de libertação e o papel dos agentes de mediação que deveriam fazer com e não para. Frente a isso, o educador Carlos Rodrigues Brandão argumenta que:

(...) hoje, mais do que nunca temos um crescimento ameaçador de estilos de educação escolar voltados à criação de atores sociais profundamente competitivos, individualistas, com um projeto perverso de realização de suas

vidas através da concorrência em busca do sucesso. Ressaltamos que esse sucesso é desenhado em uma escala sem fim, não raro sugerido como a razão do viver e a chave de toda a felicidade. (BRANDÃO, 1995, p. 55)

Segundo Lousada (2011), a educação popular ainda pretende conspirar contra isso, objetiva ser “uma outra educação viável”, um outro modelo, uma alternativa. Nesse sentido, pretende ser um projeto múltiplo, mas convergente em relação a uma educação oposta à criação de pessoas, de vocações e de identidades regidas por um princípio mal pensado, mal sentido e mal vivido. Desse modo, se coloca à Educação Popular a tarefa de construir novos caminhos teóricos e metodológicos que proponham uma articulação da sociedade civil em sincronia com o protagonismo popular.

Princípios da Educação Popular no trabalho participativo com as comunidades

a) O Diálogo enquanto processo de construção do conhecimento

Diálogo, palavra proveniente do grego. *Diálogo*, para a Educação Libertadora, possui um sentido muito mais abrangente do que uma simples conversa, ou conversação entre pessoas. Torna-se para Freire o fundamento de uma educação que liberta, que transforma. Mas, para que o diálogo ocorra, não basta que duas ou mais pessoas estejam dispostas a conversarem sobre algo, verbalizando palavras e formando frases. É necessário, para que ocorra o verdadeiro diálogo, que em primeiro lugar se tenha disponibilidade para ele.

A disponibilidade para o diálogo é a disponibilidade à realidade, ao mundo, às coisas do mundo. Para Freire (1996), o amor é o “fundamento do diálogo”, haja vista que ele também é diálogo porque é um “compromisso com os homens”. Este amor, ao qual Freire nos remete, não é um amor piegas, que serve muitas vezes de pretexto para a dominação e a manipulação, mas sim, um amor que gere liberdade. Sendo assim, o diálogo possibilita o despertar dos homens e mulheres, que abandonam a posição de meros “hospedeiros” para habitarem a posição de construtores históricos da realidade na qual se encontram inseridos, realidade esta que é incompleta e inconclusa, inacabada, assim como os sujeitos que a constitui, pois, “o ser inacabado, porém, que não se sabe assim, que apenas contacta com o seu suporte, tem história, mas não a faz”. (Freire, 2000, p. 120).

b) Respeitar a sabedoria e a cultura da comunidade

O respeito ao conhecimento cultural na gestão dos recursos naturais e humanos é o meio básico para se chegar à sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. A identidade cultural (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) produz vias

internas de desenvolvimento. Consequências práticas: Os membros da equipe de moderação não devem agir como instrutores/as, mas, sim, como observadores interessados em aprender com as classes populares e obter conhecimentos técnicos e sociais.

Cada sujeito e cada cultura vê a realidade de forma subjetiva. Os membros dos grupos populares organizados, os mediadores e os pesquisadores, muitas vezes, analisam e interpretam o mundo em que vivem de diferentes maneiras. Por meio de um processo de comunicação e de uma aprendizagem mútua, podem ser vistas as diferentes percepções, a tal ponto que os atores podem se entender e agir conjuntamente.

É necessário que antes de prejudicar as atividades das comunidades, os mediadores e pesquisadores façam o exercício de "colocar-se no lugar deles" para poder entender a representação de cada sujeito. Para isto, é preciso um processo de aprendizagem mútua entre os grupos populares organizados e os mediadores.

c) Garantir o Protagonismo Popular

É no processo de se sentir e de se fazer sujeito, protagonista de sua história, que o papel da Educação Popular se faz importante, enquanto elemento de mediação, por meio da ação cultural, da relação entre a consciência e o mundo. Assim, a Pedagogia do Oprimido, que não pode ser "elaborada e praticada pelos opressores", é um instrumento para a descoberta, pelos oprimidos, de sua situação de opressão e pela transformação da situação concreta de opressão – da situação-limite, ao percebido destacado e ao inédito viável.

É Educação Popular, como prática da liberdade, que se contrapõe à Educação Bancária. Ela se concretiza como Ação Cultural para a Liberdade. É ação realizada com eles: no processo de organização comunitária e coletiva.

d) Mobilização e Organização Popular

Para Freire (1987), sendo fundamental o processo de transformação da realidade opressora, a mobilização e participação popular implicam no processo de luta do povo. Neste processo deve haver o encontro de educandos e educados; de mediadores e coletivos entre si e destes com o mundo de possibilidades, cuja realização no sentido de libertação exige a conscientização, organização e participação ativa de todos os sujeitos.

O trabalho sempre se pauta na sabedoria popular, no saber tradicional, na aproximação de saberes, nas decisões coletivas estabelecidas e encaminhadas.

Como forma de atuação e no trabalho com as comunidades a metodologia Freireana: ação-reflexão-ação, que parte de uma intervenção direta na comunidade através do diagnóstico participativo - DP, promovendo a reflexão sobre o diagnóstico realizado e construindo a partir deste uma nova ação, levando em consideração o contexto em que os sujeitos e as associações estão inseridos.

O desenvolvimento para a autonomia das comunidades pauta-se em princípios metodológicos centrais da Educação Popular: autogestão, sustentabilidade e participação popular, assim Freire (1980) nos aponta que, pensar em metodologias significa repensar as ações realizadas por um determinado espaço e pessoas, ou reafirmar aquelas atividades que estão dando certo de forma a produzir cada vez mais, novos conhecimentos.

O respeito ao conhecimento cultural na gestão dos recursos naturais e humanos é o meio básico para se chegar à sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. A identidade cultural (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) produz vias internas de desenvolvimento. É no processo de se sentir e de se fazer sujeito, protagonista de sua história, que o papel da Educação Popular se faz importante, enquanto elemento de mediação, por meio da ação cultural, da relação entre a consciência e o mundo.

Resultados:

Desta maneira, os projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico - NUDESE pretende promover a geração de renda, fomentando a oportunidade de trabalho.

Este tem sido o esforço da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em parceria com outras instituições que é consolidar a Economia Popular Solidária em Rio Grande, bem como consolidar espaço de comercialização na própria Universidade para estes grupos. Esta última ação beneficia estes grupos, mas provoca também na própria academia questionamentos sobre outras formas de relações comerciais e trabalhistas.

Atualmente a Universidade Federal do Rio Grande – FURG possui em pleno funcionamento e com a gestão executada por empreendimentos econômicos solidários, quatro espaços de comercialização, dois bares administrados pelo grupo Deguste, uma loja de suveniers sob gestão do Grupo de Artesãs da Barra e um armazém que a Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel - COOPESMI realiza a gestão.

Bibliografía

ALBUQUERQUE, P. Associativismo. *In*: CATTANI, A. (organizador). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho**. Ed. Cortez. Ed. Unicamp. São Paulo, 1995.

BRANDÃO, C. **Pesquisa Participante**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1982.

_____. **Em campo aberto: escritos sobre educação e cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Trabalho & Autonomia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FREIRE, M. Série Seminários: **Observação, Registro e Reflexão** - Instrumentos Metodológicos I. São Paulo. Artcolor, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Educador: vida e morte. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 33 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOUSADA, V. **Saberes, Fazeres e Sociabilidades dos recicladores da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de doutorado, 2011.

NASCIMENTO Cláudio. **Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Disponível em: http://www.mte.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/Conteudo/AUTOGESTAO_COOPERATIVISMO.pdf. Acesso em: 27 de jul. 2004.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

RIBEIRO, M. **Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica**. Revista Brasileira de Educação Porto Alegre, p.2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**- 1ª ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma Utopia Militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

STRECK, E. Redin, ZITKOSKI, J. Jaime. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora, 2008.

VEIGA, S. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.